

Polêmicas do caso Lula: grampos, condução coercitiva e PowerPoint

O processo que levou à condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva [a 9 anos e 6 meses de prisão](#), cujo recurso [será julgado](#) nesta quarta-feira (24/1), coleciona polêmicas que tiveram grande repercussão no mundo jurídico — e no noticiário.

Reprodução



Condenado a 9 anos e 6 meses de prisão, Lula será julgado nesta quarta-feira pela segunda instância da "lava jato".

A ação conduzida pela força-tarefa da operação "lava jato" e julgada em primeira instância pelo juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, acusa o político de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, por ter recebido o famoso triplex em Guarujá (SP) como contrapartida por facilitar contratos da empreiteira OAS com a Petrobras, quando ainda era presidente. O líder petista nega as acusações.

A apelação de Lula será julgada nesta quarta pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região — [levantamento feito pela ConJur](#) mostrou que nos 100 recursos da "lava jato", já apreciados pela turma, os desembargadores federais reverteram a condenação e inocentaram os réus em apenas seis casos, o equivalente a 6% do total.



Petrobras

Contratação
de obras:
**R\$ 2,9
bilhões**



OAS

**DESVIO
R\$ 87,6
milhões**



Vantagens
para Lula:
**R\$ 3,7
milhões**

Triplex em Guarujá (SP)
R\$ 1,1 milhão

Reformas no triplex
R\$ 926,2 mil

Decoração e mobília
R\$ 350,9 mil

Armazenagem de
bens pessoais
R\$ 1,3 milhão

- Vantagens para ex-diretores da Petrobras
- Doações para partidos

Voz da defesa:

Advogados de Lula dizem que denúncia foi fabricada e que ex-presidente nunca teve a posse do imóvel em Guarujá.

Lembre alguns pontos polêmicos das investigações sobre Lula:

Condução coercitiva

Em março de 2016, mesmo mês em que o então senador Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou, em delação premiada, que Lula e a ex-presidente Dilma Rousseff agiram para barrar a "lava jato", Lula foi levado em [condução coercitiva](#) para prestar esclarecimentos.

A ação foi severamente criticada no meio jurídico. Advogados disseram que o ato foi [ilegal e espetacularizado](#), e o Instituto Lula e o PT afirmaram que a intimação representou um ["ataque à democracia"](#). Por outro lado, o Ministério Público Federal defendeu que a condução coercitiva foi [legal e visou a segurança de todos](#), entendimento compartilhado por alguns [juízes e procuradores](#).

Uma reportagem da **ConJur** mostrou que a Polícia Federal [contrariou até mesmo uma ordem de Sergio Moro](#) ao conduzir Lula coercitivamente. A defesa do ex-presidente foi ao Supremo Tribunal Federal [pedir a suspensão](#) de todos os procedimentos.

Advogados grampeados

Além da condução coercitiva do investigado, violações às prerrogativas dos advogados de Lula que ganharam os noticiários. [Ao suspender o sigilo do inquérito que investigava o político](#), Moro deu acesso a grampos feitos em aparelhos do ex-presidente e de seu defensor Roberto Teixeira.

Reprodução



Roberto Teixeira é conhecido como advogado de Lula desde os anos 1980.
Reprodução

Teixeira é conhecido como advogado de Lula desde os anos 1980. No entanto, Moro disse, em sua decisão: “Não identifiquei com clareza relação cliente/advogado a ser preservada entre o ex-presidente e referida pessoa [Roberto Teixeira]”. Como exemplo, o juiz aponta que Teixeira não está listado como advogado em um dos processos do ex-presidente na Justiça Federal do Paraná, mas ignorou o fato de constar na mesma ação o nome do advogado Cristiano Zanin Martins, sócio de Teixeira na banca.

O responsável pela operação "lava jato" na 13ª Vara Federal de Curitiba disse ainda que há "indícios do envolvimento direto" de Teixeira na aquisição do sítio em Atibaia (SP), que é alvo de investigações, “com aparente utilização de pessoas interpostas”. E justificou: “Se o próprio advogado se envolve em práticas ilícitas, o que é objeto da investigação, não há imunidade à investigação ou à interceptação”.

No entanto, a **ConJur** revelou depois que, na verdade, os [grampos atingiram todos os 25 advogados de escritório](#) e envolveram pelo menos 300 clientes. À época, Moro disse não saber que o número interceptado se tratava do telefone central do escritório, mas [ofícios da operadora de telefonia](#) deixavam a situação clara. O juiz alegou que [não leu o documento](#) entregue pela operadora a seu gabinete.

Presidente grampeada

Coube ainda a Sergio Moro dar a ordem para divulgar conversas telefônicas de Lula, [recém-nomeado ministro da Casa Civil](#), com a então presidente do Brasil Dilma Rousseff.

Como [só caberia ao Supremo](#) Tribunal Federal analisar as ligações, por envolver Dilma, que possuía com foro por prerrogativa de função, Moro [teve que se explicar ao STF](#). A conversa (aquela do Bessias) ficou famosa do mesmo jeito e é apontada, inclusive, como um dos fatores que aceleraram o *impeachment*

de Dilma.

Por diversas vezes, a defesa do ex-presidente foi à Justiça pedindo a suspeição do juiz federal, por artigos, palestras e declarações dadas à imprensa durante o curso do processo. Na última decisão sobre o caso, o [Supremo negou](#), mais uma vez, o pedido.

PowerPoint

Quando [Lula foi denunciado](#) sob acusação de ter chefiado todo o esquema investigado pela “lava jato”, supostamente praticando os crimes de corrupção passiva qualificada e lavagem de dinheiro. Entre os acusados também estavam sua mulher, Marisa Letícia; José Adelmário Pinheiro Filho, ex-presidente da construtora OAS; e Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula.



Reprodução do PowerPoint usado por Deltan Dallagnol ao apresentar à imprensa denúncia contra Lula.

Mas o que realmente marcou o dia foi o PowerPoint usado pelo procurador da República Deltan Dallagnol para apresentar à imprensa os motivos que levaram à denúncia do político. O recurso ficou tão famoso que virou até meme na internet — e fantasia de Carnaval.

A defesa de Lula, é claro, não gostou da exibição dada ao caso e processou Dallagnol por suposto dano moral, cobrando uma indenização de R\$ 1 milhão.

Já a [Advocacia-Geral da União, ao defender Dallagnol](#), disse que as expressões usadas e o PowerPoint foram adequados para explicar a denúncia. Os advogados públicos também negaram que procurador tenha tentado prejudicar a imagem do autor ou agido com fins políticos ou partidários..

[Ao julgar a questão](#), o juiz Carlo Mazza Britto Melfi, da 5ª Vara Cível de São Bernardo do Campo (SP), entendeu que o MP pode convocar a imprensa para divulgar informações sobre provas colhidas durante investigação, para tornar públicos fatos que não correm sob sigilo. E ainda mandou o ex-presidente pagar R\$ 100 mil pelas custas e despesas do processo — 10% do valor da causa estimada pelo autor.



Absolvição de Marisa

Além dos recursos em defesa de Lula, os advogados do ex-presidente pediram a absolvição sumária da ex-primeira-dama Marisa Letícia, morta em fevereiro de 2017. O [TRF-4 negou o pedido](#), mantendo decisão do juiz Sérgio Moro, que declarou extinta a punibilidade de Marisa Letícia em duas ações penais, mas não decretou a absolvição sumária.